

PENSANDO OS PRESSUPOSTOS DA POLÍTICA PÚBLICA: UMA EXPERIÊNCIA CULTURAL NA REGIÃO DOS INCONFIDENTES

Hila Rodrigues¹

Adriano Medeiros da Rocha²

RESUMO: Esse artigo pretende inserir, no debate em torno das políticas culturais, conceitos introdutórios e reflexões que norteiam importantes discussões nos âmbitos das ciências sociais e da gestão governamental voltada para iniciativas nesse campo. A partir dessa proposição analítica, apresenta-se uma discussão dos desafios com os quais se deparam os gestores de políticas culturais durante a formulação de projetos e execução das ações previstas. Para permitir o debate proposto, tomar-se-á como exemplo o *Inconfidentes – Festival Nacional de Cinema e Vídeo*, uma realização da Universidade Federal de Ouro Preto. O que está em jogo quando o Estado “pensa” ações específicas no âmbito sociocultural? Quais são os impasses observados no ciclo das políticas públicas, em especial nos momentos de formulação da proposta? Que desafios se escondem no processo de desenvolvimento das ações inicialmente previstas? Até que ponto a maneira pela qual se concebe uma política influencia o processo de construção de um programa ou projeto destinado ao cidadão comum? Este artigo propõe uma reflexão em torno dessas indagações, na tentativa de contribuir para o debate de ideias e de alternativas capazes de incrementar as ações nesse campo.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas culturais; Formulação; Implementação; Diagnóstico; Gestão.

Pensar em políticas públicas culturais pode ser um exercício estéril se desprovido das definições e conceitos que as situam em pelo menos dois campos de estudo: o das ciências sociais e o da análise de políticas públicas. Desconsiderar as ideias e os significados que permeiam esse tipo de política sob o ponto de vista sociocultural e, ao mesmo tempo, sob o prisma da gestão pública seria o mesmo que empreender esforços para entender a letra de um *rap* consultando um dicionário da língua nacional – tarefa inócua exatamente porque, sem a

¹ Jornalista, mestre em Administração Pública pela Escola de Governo da Fundação João Pinheiro (MG) e doutora em Ciências Sociais pela PUC Minas, a pesquisadora compõe, atualmente, os quadros do Curso de Comunicação/Jornalismo da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). E-mail: hilarodrigues@hotmail.com

² Doutorando em cinema pela Escola de Belas Artes da Universidade Federal de Minas Gerais, professor do curso de Comunicação Social/Jornalismo da Universidade Federal de Ouro Preto. E-mail: adrianomedeiros.ufop@gmail.com.

compreensão dos significados por detrás de cada palavra ou expressão, assim como das situações e contextos nos quais esses significados são construídos, não há como traduzir conteúdos. Pensar políticas públicas culturais, portanto, não se resume a pensar ações hoje voltadas especificamente para o âmbito das artes, da literatura, da música ou dos meios audiovisuais – e os efeitos dessas ações sobre o cidadão comum. Exige, antes, identificar o lugar que essas políticas ocupam na esfera do conhecimento e os efeitos desse *locus* no desenvolvimento de iniciativas formuladas e implementadas com foco nas demandas de cunho cultural. Um bom começo pode estar no conceito que caminha de dentro para fora: as *políticas culturais*, tal qual as *políticas sociais*, constituem uma das modalidades das *políticas públicas* que, por sua vez, representam uma “subclasse” do conceito de *política*..

Contudo, o escopo das *políticas culturais* tende a ganhar em clareza se o termo for trabalhado da forma inversa, isto é, de fora para dentro, como propõe Rocha (2001)³. Significa se ater primordialmente ao termo *política* e, sobretudo, ao seu princípio maior, o de que os homens dependem uns dos outros para viver – e daí a necessidade dos acordos coletivos. Daqui despontaria a pergunta crucial para aqueles que vivem em sociedade: como garantir uma vida em comum num cenário onde cada indivíduo tem suas próprias demandas, edificadas a partir de situações e percepções singulares ou de contextos específicos dos quais emergiria um determinado tipo de necessidade, e não outro, ou, ainda, de memórias coletivas e individuais construídas em situações, lugares e tempos tão variados? Pois a “tarefa” da política seria precisamente essa, ou seja, processar essas diferenças de maneira a viabilizar, em conjunto, a vida em sociedade. Por isso o homem age. Age porque direciona sua ação ao outro, como bem observa Hanna Arendt.

Todas as atividades humanas são condicionadas pelo fato de que os homens vivem juntos; mas a ação é a única que não pode sequer ser imaginada fora da sociedade dos homens. A atividade do labor não requer a presença de outros, mas um ser que ‘laborasse’ em completa solidão não seria humano, e sim um *animal laborans* no sentido mais literal da expressão. Um homem que trabalhasse e fabricasse e construísse num mundo habitado somente por ele mesmo não deixaria de ser um fabricante, mas não seria um *homo faber*: teria perdido a sua qualidade especificamente humana e seria, antes, um deus – certamente não o Criador, mas um demiurgo divino como Platão o descreveu em um dos seus mitos (ARENDT, 1987, p.31).

É certo que, tanto no caso das políticas culturais quanto das políticas sociais, as ações são invariavelmente destinadas a alguém – alguém que pode concordar ou discordar do

³ A proposição analítica de Rocha (2001) se dá com o foco sobre as *políticas sociais*. Entretanto, revela-se igualmente adequada às reflexões aqui propostas, centradas nas *políticas culturais*.

conteúdo ou dos efeitos de um determinado procedimento. Há, portanto, pelo menos dois momentos cruciais diretamente relacionados à ação política: o do consenso – que reflete a capacidade do homem de estabelecer acordos a partir de pontos de vista semelhantes ou aproximados, proporcionando a fixação de objetivos comuns – e o do conflito, este marcado por ações que, ao fim e ao cabo, pretendem garantir a prevalência de determinados valores sobre outros (FREEMAN, 2006; ROCHA, 2001). Aqui pode ser útil recorrer a um problema social – e não necessariamente cultural – para delinear um cenário explicativo. É possível tomar, como exemplo, a “saga” de parte dos trabalhadores rurais brasileiros. É fato que, em um dado momento da história, o país passou a assistir um cenário no qual grande parcela desses trabalhadores começou a depender de processos de assentamento em terras produtivas que os permitissem trabalhar e, a partir daí, garantir acesso a serviços básicos de habitação, saneamento, saúde e segurança. Essa situação se converte numa ação específica quando, a despeito das diferentes realidades experimentadas por cada um, em diferentes pontos do país, a classe decide se reunir num movimento pela reforma agrária. Há aqui um consenso, um alvo comum. Contudo, um segundo tipo de ação pode ser observado num momento posterior, quando as pretensões desses trabalhadores batem de frente com os interesses de outros atores – os latifundiários, por exemplo. Num quadro como este, o que está em jogo é, de um lado, o desejo dos trabalhadores rurais de garantir melhores condições de vida, e, de outro, a irredutibilidade dos proprietários de grandes extensões de terra diante da possibilidade de abrir mão do que angariaram ao longo da própria história de vida, não importa por que meios.

Situação semelhante deu origem ao movimento hip-hop, em meados da década de 1970, nos EUA. De um lado, estavam os interesses das populações negras e latino-americanas, que lutavam contra a desigualdade e a violência. De outro, os interesses das elites norte-americanas, que preferiam deixar à margem os interesses e aspirações das parcelas menos favorecidas da população. Hoje, graças a uma série de ações de cunho político, o hip hop é uma cultura artística que se manifesta a partir de pelo menos quatro elementos, que são o *rap*, o *Djing*, a *breakdance* e a *escrita do grafite*. É possível perceber, portanto, que o cenário das políticas públicas – em especial das políticas culturais e sociais – é, sobretudo, de luta (SUSSKIND, 2006).

Sem dúvida, o último exemplo está no rol de configurações sociais que se multiplicam pelos mais diversos setores e que estão por trás de assuntos não raras vezes polêmicos, como o da concessão de cotas para estudantes negros nas universidades (envolvendo os conflitos de raça e classe social no universo juvenil), entre tantos outros exemplos centrados em quadros de disputa. De qualquer maneira, haverá sempre uma situação em que “a ação política visa a

impor o interesse de uns sobre os outros” (ROCHA, 2001, p.9). Evidentemente, trata-se de um processo que pode ganhar contornos especialmente nefastos na modernidade, marcada pelo caráter tênue da linha divisória entre os “impulsos para o crescimento pessoal”, ligado ao *ethos* da autodescoberta, e as “pressões capitalistas pela vantagem pessoal e pela acumulação de material” (GIDDENS, 2002, p.193). São movimentos traduzidos em batalhas facilmente observáveis hoje, a partir dos mais variados focos de disputa – daqueles que envolvem classe social e raça, até os que passam por gênero, renda ou religião, entre tantos outros. Pois é precisamente a partir desses focos de disputa que emergem as políticas públicas. Elas são criadas como resposta do Estado a determinadas demandas da sociedade (que envolvem uma situação de conflito) e, nesse sentido, transformam-se numa espécie de “expressão do compromisso público de atuação numa determinada área” (CUNHA e CUNHA, 2002, p.12).

O Estado age, assim, por meio das políticas públicas – que, na prática, refletem decisões de cunho governamental projetadas, muitas das vezes, para o enfrentamento de problemas específicos relacionados à educação pública, à cultura, ao meio ambiente, ao alto índice de mortalidade ou ao desemprego, entre outros. O processo começa, portanto, em um ponto inequívoco: na insatisfação de um determinado grupo social diante de uma determinada realidade e, por conseguinte, no desejo de alterar essa realidade, de maneira a aproximá-la de uma situação ideal. Como bem observa Rocha (2001), “isso tem a ver com ações destinadas a construir uma ‘ponte’ entre a situação existente e um futuro possível, uma conduta que leva do ponto atual ao ponto a que se quer chegar” (ROCHA, 2001, p.14). Um exemplo: em 2001, quando dados do IBGE registravam, em São Paulo, a existência de 2.550 mil desocupados na faixa etária de 15 a 19 anos, além de outros 1.040 entre 20 e 24 anos, o município decidiu investir de forma especial nas políticas de proteção social voltadas para a juventude (BLASS, 2006). Optou-se, na ocasião, por novos investimentos em programas como o “Renda Mínima” e o “Bolsa Trabalho”. Com essas medidas, a gestão local pretendia combater a desigualdade no universo juvenil, em especial no campo do trabalho (idem). Foram então oferecidas bolsas de estudo para jovens com até 20 anos de idade, residentes na cidade, na tentativa de elevar o grau de escolaridade desse grupo geracional com o apoio de uma renda mínima garantida. No que se refere à inserção no mercado de trabalho, outras medidas específicas foram implementadas: os jovens que cursavam o ensino médio na rede pública tiveram, por exemplo, direito à formação ocupacional por meio de estágios em empresas conveniadas à Prefeitura (BLASS, 2006, p.58-59). Não se pretende, aqui, discutir o maior ou menor grau de eficácia dessas iniciativas, mas, sim, ilustrar o processo pelo qual um governo, num dado momento, decide mobilizar recursos para elevar a escolaridade de um determinado grupo

social e, ao mesmo tempo, ampliar as oportunidades de emprego via formação ocupacional e qualificação. Dito de outra forma, o governo insere um problema na agenda política (o desemprego no universo juvenil), traça uma meta a ser alcançada (aumentar a escolaridade de $X\%$ dos jovens e qualificar outros $Y\%$ para o mercado de trabalho) e mobiliza recursos (firma convênios com essa e com aquela empresa para financiar um montante específico de recursos destinados a cobrir os custos operacionais previstos). Em seguida, é preciso avaliar o resultado das ações executadas, de forma a assegurar um acúmulo de conhecimentos que possa orientar ações num futuro próximo. Em suma, toda política pública envolve *formulação, implementação e avaliação* – procedimentos e processos que, na prática, dão maior concretude ao conceito de *políticas públicas*.

Ainda na década de 1970, Thomas Dye já definia esse termo (*public policy*) como aquilo que um governo decide *fazer* ou *não fazer* diante de uma determinada realidade (DYE, 1981). Abarcando maior quantidade de elementos nesse exercício de conceituação, Maria das Graças Rua (1998a) definiu a *política pública* como um “conjunto de decisões e ações destinadas à resolução de problemas políticos” – entendendo como “problemas políticos” aquilo que é reconhecido como tal por um governo, isto é, que está na lista de coisas a serem resolvidas, solucionadas (RUA, 1998a). Maria das Graças Rua argumenta que as demandas apresentadas pela sociedade a partir de um “estado de coisas” só se transformam em “problemas políticos” quando de fato são inseridas na agenda pública. É esse o raciocínio, aliás, que a levou, no final da década de 1990, a acusar, por exemplo, um dos maiores problemas das políticas voltadas para os jovens brasileiros ao longo da história do país: a permanência – durante muito tempo – das carências dos segmentos juvenis no patamar de “estado de coisas”, e não de um problema de natureza política, que exige respostas do poder público (RUA, 1998b, p.731). É precisamente esse o problema apontado por tantos profissionais e estudiosos que se debruçam sobre as demandas culturais no país: a permanência de determinadas carências – de cunho cultural – no patamar de “estado de coisas”.

As reflexões de Rua abrem espaço para outro aspecto ligado a esse campo de estudo: as razões pelas quais alguns problemas entram na agenda governamental e outros, não. Em princípio, esse processo parece estar relacionado à possibilidade ou não de um acordo entre todos os atores sociais envolvidos em uma determinada demanda – o que leva essa discussão de volta à questão da *dialética entre conflito e consenso*, para usar uma expressão de Rocha (2001).

Por um lado, temos a criação do consenso, única forma em que os interesses convergentes de sujeitos interagentes podem partilhar objetivos e assim “construir poder”, visando a atuar com eficácia na realização de seus objetivos. Por outro lado, temos atores que interagem de forma estratégica, cada qual tentando fazer prevalecer seus interesses sobre os demais. A política aqui é concebida como luta e, mais especificamente, como disputa pela submissão de uns interesses a outros. Se o conflito demonstra ações voltadas para a “distribuição do poder”, por outro lado é necessário “construir o poder” para se alcançar alguma eficácia na organização da convivência de pessoas com interesses e valores diversos (ROCHA, 2001, p.14).

Uma vez concebida como “luta”, parece natural que a política (e, em especial, a política pública) produza vencedores e perdedores quando o que está em jogo é repartição de bens – e de bens invariavelmente escassos na esfera governamental. Evidentemente, esses bens são distribuídos a partir da interação de atores sociais diversos, cujos objetivos estão centrados na apropriação desses recursos. Não surpreende, portanto, que a literatura no campo da análise das políticas públicas enfatize com tanta frequência o “peso” da distribuição e da utilização do poder no processo de alocação desses bens – uma questão delicada quando se trata de políticas sociais e culturais, exatamente porque elas representam, no campo das políticas públicas, a modalidade que tem por objetivo munir a população de serviços em setores essenciais ao desenvolvimento da cidadania (caso da educação e do trabalho, por exemplo). Em resumo, o que se pretende com esse tipo de política é proporcionar cenários de igualdade a partir do compartilhamento de conhecimento e da experiência.

Cine Festival Inconfidentes

Compartilhar conhecimento e experiência é, aliás, o objetivo de parcela expressiva das políticas culturais adotadas em todo o país – mas, em especial, nas regiões interioranas. Bom exemplo está no *Inconfidentes – Festival Nacional de Cinema e Vídeo*, implementado pela Universidade Federal de Ouro Preto no ano de 2009, em parceria com alguns setores da Prefeitura Municipal de Mariana. A ideia é desenvolver, anualmente, um festival nacional de cinema fundamentado nos valores concernentes à divulgação de produtos culturais brasileiros, à troca de experiências e conceitos, compreendendo temas artísticos livres e de experimentação universitária e comunitária. A programação, constituída de mostras de filmes brasileiros, debates, palestras e oficinas sobre a produção audiovisual, é gratuita e aberta à comunidade em geral.

A equipe que hoje coordena o Inconfidentes⁴ pretende, a partir da iniciativa, expandir a área de diálogo dos produtores de curta, média e longa metragem com o público, bem como proporcionar uma alternativa cultural para a região, que compreende Mariana, Ouro Preto e seus respectivos distritos. Os gestores envolvidos no festival acreditam que o evento pode se transformar numa rica fonte de conhecimento e/ou aprimoramento para estudantes (universitários e secundaristas), bem como servir de instrumento catalisador da cultura e de um entretenimento diferencial para grande parcela da sociedade carente de iniciativas que conjuguem elementos lúdicos, artísticos e críticos, almejando a construção de um espaço dedicado ao exercício da cidadania e fomentando, junto com este público, um momento de reflexão a respeito de aspectos de seu cotidiano.

Contudo, as dificuldades não são poucas e algumas delas são praticamente inerentes ao campo das políticas sociais e culturais. Como negar, por exemplo, o fato de que identificar perigos num trecho rodoviário (e, portanto, a necessidade de obras de recuperação nesse trecho), estabelecer a extensão da reforma e os custos da intervenção, monitorar e checar o resultado dos trabalhos não é o mesmo que identificar as causas da prostituição infantil no Norte de Minas, estabelecer o universo a ser alterado (e como deve ser alterado), além de estimar os custos de uma intervenção, monitorar e checar resultados? O segundo problema é irremediavelmente complexo. A prostituição infantil pode ser ocasionada por mais de um fator e, portanto, pode demandar mais de uma ação para ser eliminada. Além disso, envolve não só maior número de atores sociais (que precisam compreender a gravidade da situação para aderir a qualquer proposta destinada a revertê-la), mas também um número maior de instituições societárias e governamentais.

Enfim, a área social – e, dentro dela, a cultural – envolve situações complexas, que abrigam conceitos muitas vezes subjetivos, além de interações intrincadas que marcam o cenário de disputa em torno das demandas colocadas para o poder público. Bom exemplo está na história – já clássica – do paulista Guariba José Luiz Zagati, que depois de encontrar um projetor no lixo do centro de São Paulo, montou o Mini Cine Tupy na garagem de casa. A façanha só foi possível porque a demanda pelo lazer na periferia, em especial aquele que proporciona a experimentação e o compartilhamento de outras realidades (disponibilizadas pelo cinema), fez-se concreta, contundente. Zagati foi contratado pela Secretaria Estadual de Cultura e tem promovido exposições por todo o estado.

⁴ A equipe, constituída de professores, técnicos e estudantes bolsistas e voluntários da Universidade Federal de Ouro Preto, em Minas Gerais, é coordenada pelo professor e pesquisador Adriano Medeiros da Rocha, idealizador do projeto.

É certo que, de uma maneira ou de outra, cada ator possui seus recursos de poder, seja o da influência, o da persuasão, do voto ou a capacidade de afetar o funcionamento do sistema, entre tantos outros utilizados para fazer valer a preferência de cada um. Nesse sentido, qualquer esforço para, por exemplo, reabrir um cinema numa cidade interiorana irá por água abaixo caso o poder público não vislumbre uma série de vantagens decorrentes desse tipo de ação. Como observa Rua (1998a), a melhor alternativa apresentada por cada ator para a solução de um problema é aquela que o beneficia do ponto de vista do cálculo do custo/benefício, isto é, o que orienta as preferências dos atores é o cálculo das vantagens e desvantagens que cada um deles estima ter em relação a cada alternativa proposta para amenizar ou solucionar um problema. O detalhe é que esse cálculo não se limita a custos econômicos ou financeiros – até porque há inúmeros outros elementos simbólicos e/ou políticos que fazem parte desse jogo. Rua destaca pelo menos três deles: poder, prestígio, ganhos ou perdas eleitorais.

Essas não são, entretanto, as únicas dificuldades comumente observadas em grande parte dos programas e projetos culturais – tanto como os sociais. Outro ponto delicado está na busca de objetivos múltiplos, o que ocorre exatamente em função da complexidade que marca os problemas socioculturais. A agravante é que, também não raras vezes, esses objetivos múltiplos podem se revelar inconsistentes, com metas definidas de maneira ambígua – seja em função de diagnósticos equivocados ou de problemas técnicos no interior da máquina administrativa, ou, ainda, de táticas estabelecidas pelos proponentes para assegurar a aprovação da política em meio à gama diversa de interesses envolvidos (SULBRANDT, 1984). Não por acaso, é comum verificar, em grande parte dos programas socioculturais, a redefinição de metas durante o período de implementação das ações propostas – embora também exista, aqui, outra razão para isso, embutida no processo de aprendizagem social que as organizações experimentam durante o desenvolvimento de uma política. As dificuldades encontradas pelos gerentes dos programas, paralelamente às críticas que eles recebem no decorrer da sua implementação, acabam induzindo-os a identificar novos ângulos do problema enfrentado e a introduzir, gradualmente, alterações que podem produzir significativas mudanças em relação à proposta original.

São aspectos que evidenciam com muita clareza a importância do processo de implementação/execução das ações propostas. Como acentua Rua (1998a), essa “fase” traduz o momento em que a política sai do papel (e do discurso político) e passa a funcionar efetivamente. Uma vez posta em prática, exige acompanhamento constante, e por um motivo simples, senão óbvio: sem monitoramento, não é possível identificar com segurança os

motivos pelos quais algumas ações dão resultado e outras, não. Além disso, essa fase demanda uma série de cuidados, na medida em que pode se tornar bastante problemática quando as ações implementadas envolvem negociações entre diferentes níveis de governo (federal, estadual e municipal) ou mesmo regiões com diferentes características, pois, nesses casos, o controle do processo é muito mais complexo. Programas culturais concebidos no plano nacional, no âmbito do Ministério da Educação e Cultura, por exemplo, são de difícil acompanhamento pelo poder central, nos municípios. Uma política pode envolver, por exemplo, diferentes organizações, agências públicas, entidades sociais e ONGs. Quanto maior for o número de elos numa cadeia de implementação, maior será o grau necessário de cooperação entre as organizações (para que as ações produzam os resultados esperados) e maior deve ser o acompanhamento desse processo (MAY E WINTER, 2007; RUA, 1998a, p.15).

Outro fator capaz de comprometer essa “fase” é a ausência de compreensão e consenso, por parte dos atores envolvidos, em relação aos objetivos a serem atingidos e a inexistência de um processo claro de delegação de funções e de procedimentos necessários ao desenvolvimento da política proposta. Muitas vezes, são fatores relacionados a outros tipos de deficiência, como aqueles observados nos processos de comunicação e coordenação das instituições, e às relações que podem ser frágeis e conturbadas entre aqueles que exercem posições de comando e os comandados (REIN, 2006). Outros três elementos observados com frequência são o desvirtuamento dos objetivos da política cultural implementada em função de circunstâncias externas à agência implementadora (crises econômicas, interesses políticos etc.), a insuficiência e/ou indisponibilidade de recursos orçamentários e, não raras vezes, de tempo hábil para a implementação das ações propostas (RUA, 1998a; SULBRANDT, 1994).

Evidentemente, todos esses fatores estão diretamente ligados aos contextos socioeconômico e institucional no qual a política proposta está sendo implementada. No município mineiro de Mariana, por exemplo, o *Cine Festival Inconfidentes* depende em larga escala de parcerias dentro e fora da instituição realizadora, a Universidade Federal de Ouro Preto. Não por mero acaso. Afinal, o festival pretende contribuir efetivamente para a difusão da cultura, do cinema e vídeo nacionais – o que o vincula a interesses no âmbito federal – e, ao mesmo tempo, espera proporcionar opções culturais para as cidades de Mariana, Ouro Preto e região, o que acaba por vincular o êxito do programa à capacidade de fixar parcerias com as forças locais. É da maior ou menor fragilidade dessas parcerias que resultam a maior ou menor distância entre aquilo que o projeto pretendia e aquilo que foi efetivamente realizado.

No entanto, também é bastante provável que por trás dos problemas relacionados ao espaço entre aquilo que se decide fazer e aquilo que concretamente se faz esteja uma dificuldade anterior e maior: a produção de um diagnóstico preciso da realidade que se pretende alterar. Não são poucos os estudos que alertam para a dificuldade de se chegar a esta precisão neste tipo de diagnóstico relativo ao campo das políticas culturais e sociais – até porque a identificação de um problema, a caracterização desse problema e as causas atribuídas a ele são fundamentais ao desenho das propostas que definem os projetos desenvolvidos nesses campos (DYE, 1981; SULBRANDT, 1994). Dito de outra forma, descobrir por que um *problema* é um *problema* já se revelou, segundo os estudiosos das mais diversas áreas do conhecimento – em especial das políticas públicas –, o único caminho para resolvê-lo.

REFERÊNCIAS:

BERMAN, Paul. Thinking about programed and adaptative implementation: matching strategies to situations. In: INGRAM, H. M. ; MANN, D. **Why Policies succeed or fail**. London : Sage, 1980

BLASS, Leila Maria da Silva. Juventude e trabalho. In: COSTA, Márcia Regina da; SILVA, Elisabeth Murilo da. **Sociabilidade juvenil e cultura urbana**. São Paulo: Educ, 2006. p.55-78

CUNHA, Edite da Penha; CUNHA, Eleonora Schettini M.. Políticas públicas sociais. In: CAVALHO, Alysson et. al. **Políticas públicas**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Proex, 2002.

DYE, R. Thomas. *Understending Public Policy*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1981. p. 1-45

FREEMAN, Richard. Learning in public policy. In: MORAN, Michael; REIN, Martin; GOODIN, Robert E. **The Oxford Handbook of Public Policy**. New York: Oxford University Press Inc.. 2006. Cap. 17

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

MAY, Peter J.; WINTER, Søren C. Politicians, managers, and street-level bureaucrats: influences on policy implementation. **Journal of Public Administration Research and Theory Advance Access** (Out. 25), 2007.

NETTO, Lino Ferreira. A atuação do município no combate à pobreza: possibilidades e limitações. In: VALLADARES, Lícia; COELHO, Magda Prates (org.). **Governabilidade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

REIN, Martin. Reframing problematic policies. In: MORAN, Michael; REIN, Martin; GOODIN, Robert E. **The Oxford Handbook of Public Policy**. New York: Oxford University Press Inc., 2006. Cap. 18.

ROCHA, Carlos V. Idéias dispersas sobre o significado de políticas sociais. In: SENTGEL, M. et. al. **Políticas Públicas de apoio sociofamiliar**. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2001. p.7-42

RUA, Maria das Graças. Análise de políticas públicas: conceitos básicos. In: RUA, Maria das Graças; CARVALHO, Maria I. V. de. **O estudo da política: tópicos selecionados**. Brasília: Paralelo 15, 1998a. p. 231-260

_____. As políticas públicas e a juventude dos anos 90. In: CNPD. *Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas*. Brasília, 1998b. 2 v.

SULBRANDT, José. A avaliação dos programas sociais: uma perspectiva crítica dos modelos usuais. In: KLIKSBURG, Bernardo (Org.). **Pobreza: uma questão inadiável – novas propostas a nível mundial**. Brasília : ENAP, 1994. p. 365-408